

OS PROCESSOS DE DECISÃO NO ENSINO SUPERIOR ALGUMAS EVIDÊNCIAS PARA OS UNIVERSITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO*

*Cleide Fátima Moretto***

RESUMO O estudo apresenta uma alternativa metodológica à concepção de racionalidade envolvida no paradigma do capital humano como forma de análise do processo de escolha do ensino superior. Examina os processos de decisão dos universitários do município de São Paulo, identificando fatores associados à racionalidade comportamental, tais como a escolha no tempo, a incerteza, o nível de informação, as influências das diferentes situações e instituições no comportamento e as expectativas de atuação profissional futura. Como evidências encontradas no comportamento dos universitários pesquisados, identifica que, em termos gerais, eles tendem a ser orientados para o presente, estar parcialmente informados, ser influenciados pela realização pessoal e pelas oportunidades no mercado de trabalho e pouco influenciados pela família, e a afirmar que estão satisfeitos ou certos com a escolha feita.

Palavras-chave: ensino superior; escolha; racionalidade comportamental; município de São Paulo

Códigos JEL: J24, I21, B5

THE DECISION PROCESSES IN HIGHER EDUCATION: SOME EVIDENCES OF COLLEGE STUDENTS OF THE MUNICIPALITY OF SÃO PAULO

ABSTRACT The study presents a methodological alternative to the concept of rationality involved in the paradigm of human capital as a form of analysis of the process of higher education choice. It examines the decision processes of college students of the municipality of São Paulo, identifying factors associated to behavioral

* Artigo recebido em outubro de 2003 e aprovado em abril de 2004.

** Economista. Doutora em Teoria Econômica (FEA-USP). Professora titular e pesquisadora da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (FEAC) da Universidade de Passo Fundo. Universidade de Passo Fundo, Campus I, Bairro São José, CEP 99001-270, Passo Fundo (RS), e-mail: moretto@upf.br

rationality, such as the choice in time, uncertainty, level of information, influences of the different situations and institutions on the behavior and the expectations of future professional activities. As evidence found in the behavior of college students polled, it is identified that, in general terms, they tend to be oriented by the present, be partially informed, be influenced by personal fulfillment and by opportunities in the workplace, and they tend to be little influenced by family, and to state that they are satisfied or sure about the choice made.

Key words: higher education; choice; behavioral rationality; municipality of São Paulo

INTRODUÇÃO

Ao revisarmos o processo de tomada de decisão no ensino superior a partir da teoria do capital humano (Becker, 1976, 1983; Schultz, 1973), apontamos para a necessidade de ir além da tradicional e inegável associação positiva entre anos de escolarização e rendimento e o pressuposto da racionalidade instrumental neoclássica. Percebemos que fatores como incerteza e risco podem colocar em xeque a decisão de prosseguir nos estudos formais, pela perda de capacidade cognitiva do indivíduo em termos de maximização da utilidade esperada, criando uma lacuna na convincente crença do investimento em capital humano por meio do ensino superior. Afinal, como já alertava Theodore Schultz, em razão da impossibilidade de prevermos com precisão a taxa de retorno esperada e o rendimento posterior com o curso superior escolhido, decidir ou escolher um curso superior implica, para além de componentes da razão, uma questão de acaso.

Nesses termos, observamos que as abordagens recentes sobre a escolha e a racionalidade tendem a se aproximar mais do *tipo real* de homem econômico, rejeitando as pressuposições da racionalidade instrumental, base da teoria do capital humano (Simon, 1983; Hogarth e Reder, 1987; Hodgson, 1993; Elster, 1986; Zsolnai, 1998, MacFadyen, 1986). O direcionamento dos estudos aponta para as noções expandidas de ação racional, como é o caso da racionalidade calculada e da racionalidade sistêmica, das quais faz parte a abordagem da racionalidade limitada de Herbert Simon. Os próprios precursores da teoria do capital humano indicam a necessidade de reavaliarmos o conceito de racionalidade tradicional. A complexidade observada no comportamento econômico sugere que devemos adotar uma concepção mais ampla de racionalidade, ao contrário da rigidez do pensamento neoclássico, além da necessidade de dedicarmos mais atenção aos detalhes do processo de escolha, ao apreendermos a tomada de decisão individual e sua interação com as instituições ou com o componente social agregado.

Ainda que a abordagem da economia psicológica não esteja totalmente dissociada da noção de racionalidade neoclássica e que tenha sido aplicada basicamente em estudos experimentais, as contribuições da psicologia ao comportamento econômico, por meio da economia psicológica (Katona, 1986; MacFadyen e MacFadyen, 1986; Maital e Maital, 1993; Van Raaij,

1999; Tversky e Kahneman, 1986), são extremamente úteis ao nosso intento de considerar *os detalhes* do processo de escolha do ensino superior. Considerando que o município de São Paulo reúne o maior número de instituições e de matrículas no ensino superior brasileiro, decidimos tomá-lo como base empírica para obter evidências sobre os processos de decisão no ensino superior. O objetivo deste artigo, nesses termos, é apresentar as principais evidências verificadas a partir do exame dos processos de decisão dos universitários do município de São Paulo, em termos da racionalidade comportamental envolvida no mesmo. Propomos uma pesquisa aplicada, por meio de *survey*, num corte temporal transversal, com alguns grupos de universitários calouros do município de São Paulo no segundo semestre de 2001.

Para tanto, reunimos a seguir um breve resgate sobre os estudos relativos às escolhas do curso de graduação em níveis mundial e brasileiro. Em seguida, pontuamos as principais contribuições da psicologia à compreensão do processo de escolha no ensino superior. Delimitamos, então, o referencial teórico que norteia o nosso estudo e especificamos a sua forma operacional. Depois de descrever os principais resultados obtidos pela pesquisa de campo, especificamente quanto ao processo de escolha em si, apresentamos as considerações finais. Salientamos que tais resultados são apenas parciais no contexto de um estudo mais amplo sobre a escolha do ensino superior e, portanto, não esgotam as possibilidades de análise e de questionamentos futuros.

1. AS EVIDÊNCIAS DAS ESCOLHAS UNIVERSITÁRIAS EM NÍVEIS MUNDIAL E BRASILEIRO

A maior parte dos estudos disponíveis sobre as escolhas do ensino superior contempla os aspectos econômicos envolvidos na escolha, sobretudo em termos dos rendimentos individuais e das perspectivas no mercado de trabalho. Berger (1988), num estudo para os Estados Unidos, conclui que os indivíduos preferem escolher *majors* que oferecem maiores fluxos de rendimentos futuros em vez daqueles com rendimentos iniciais maiores no momento da escolha. Montmarquette *et al.* (2002), que investigaram os determinantes da escolha do *college major* no Canadá no final dos anos 1980,

concluem que a variável *ganhos esperados* é essencial na escolha de um *college major*, ainda que existam diferenças importantes no impacto observado por gênero e por raça. Estabelecendo um comparativo com o sistema americano, Ono (2000) argumenta que no Japão há uma tentativa de minimizar as expectativas irrealistas entre os estudantes, ao passo que nos Estados Unidos elas são desconhecidas até os últimos anos da *high school*.

Considerando especificamente as expectativas dos estudantes em relação ao mercado de trabalho, o estudo de Gendron (2000) investiga até que ponto, no padrão da teoria do capital humano, uma incerteza crescente sobre os rendimentos futuros e sobre o panorama e as perspectivas do emprego leva a uma redução tanto no treinamento quanto na demanda por educação, pois os retornos do investimento cairiam nesse contexto. Segundo o autor, tal evidência não estaria ocorrendo na França: a alta taxa de desemprego observada nos anos 90, ao invés de desencorajar os estudantes a prosseguir seus estudos, tem levado, sim, a uma crescente demanda por educação especializada, do ensino pós-secundário profissionalizante (como o University Diploma of Technology – DUT e o Advanced Technician’s Certificate – BTS) ao ensino superior. Rochat e Demeulemeester (2001) acreditam que o conhecimento dos estudantes pode ser totalmente parcial no momento do ingresso na universidade. Para os autores, ainda que os estudantes mantivessem um grau considerável de informação sobre o mercado de trabalho, a extensão de sua influência na estruturação das preferências dos estudantes ainda é uma questão que permanece em aberto, pois os estudantes podem utilizar incorretamente esse fluxo de informações.

No Brasil, poucos são os estudos que tratam dos processos de decisão no ensino superior, os quais se concentram nas áreas da psicologia, da educação ou da sociologia. Incluímos aqui o estudo pioneiro de Pastore e Peroza (1971),¹ intitulado “O estudante universitário em São Paulo”, que se baseou numa investigação de todas as escolas superiores do estado de São Paulo, as quais, no final de 1969, tinham estudantes cursando a terceira série em diversas graduações. Os autores concluem, dentre as diferentes observações relativas à aspiração e à percepção de carreira dos estudantes pesquisados, que a maioria: (i) declarou ter optado pelo curso por vocação (68% dos alunos entrevistados); (ii) declarou-se satisfeita com a profissão que escolheu (80% dos alunos entrevistados); (iii) considera as oportunidades de traba-

lho regulares ou péssimas; (iv) pretende trabalhar como assalariada depois de formar-se (80% dos participantes). O trabalho de Sampaio (2000), mais recentemente, teve como objetivo mapear as redes de sociabilidade dos universitários. Os aspectos relativos aos estudos e ao futuro profissional dos universitários faziam parte de uma estrutura de análise mais ampla, que buscou identificar como eles costumavam se divertir, como tratavam de política, de sexualidade, de drogas e da relação familiar.

Os poucos estudos identificados nos remetem a novas possibilidades de enquadramento dos processos de escolha do curso de graduação. Por um lado, observamos que o fluxo de rendimentos futuros ou de ganhos esperados parece centralizar as forças motivacionais que formam as preferências individuais. De outro lado, percebemos que o surgimento de expectativas irrealistas com relação à escolha pode ser amenizado com uma visão flexível ou com ações estratégicas no processo de tomada de decisão. Tais constatações indicam, num contexto de racionalidade mais amplo, que as escolhas de baixo retorno não implicam, necessariamente, comportamento irracional.

2. A ESCOLHA DO CURSO DE GRADUAÇÃO E AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA

Diferentemente do que ocorre na área das ciências econômicas, a escolha do curso de graduação constitui um ramo específico da psicologia, a área da orientação vocacional ou profissional.² A prática do curso de graduação, nesses termos, implica o exercício de uma profissão. Ainda que tenhamos presente que nem toda escolha profissional requer a conclusão de um curso superior, assumimos que os estudantes escolhem um curso superior pensando na possível atuação profissional que ele lhes possibilita. Examinando alguns estudos sobre orientação profissional, nesse contexto, identificamos três questões fundamentais no que diz respeito à escolha do curso superior, quais sejam: o momento de vida em que o estudante toma a decisão, o vestibular como barreira de entrada tanto na escolha quanto no ingresso no ensino superior e a influência temporal e familiar no processo de escolha.

Falando especificamente da primeira questão, destacamos que a maior parte dos estudantes escolhe o curso de graduação que deseja cursar ainda

na adolescência, mais especificamente, na segunda fase da adolescência,³ momento em que estão tentando se conhecer, formando a sua identidade (Lehman, 1999), uma fase de transição (Soares, 2002). Tal fato implica uma limitação maior em termos de habilidade cognitiva e de aprendizagem, trazendo maiores dúvidas e incertezas com relação ao curso superior que imaginam para si.

Com relação ao vestibular, processo seletivo que antecede o ingresso no ensino superior, observamos que se constitui num elemento condicionante da escolha, sobretudo se considerarmos o caso das universidades públicas, ou de cursos tradicionalmente mais demandados, como é o caso dos cursos de medicina e de direito, cuja concorrência costuma ser significativamente elevada.⁴ Tal fato pode representar para alguns estudantes uma barreira definitiva ao ingresso no curso escolhido de acordo com a preferência individual, gerando sentimentos de insegurança e de angústia no processo de escolha (Bianchetti, 1996). Por este motivo, ainda que o indivíduo tenha buscado informação e definido uma escolha que lhe possibilite o maior nível de satisfação possível, o vestibular impõe-se como uma restrição individual determinada exogenamente, ou seja, estabelece uma dependência em relação às condições e às restrições dos outros indivíduos participantes do mesmo processo naquele momento.

De outra parte, para Katona (1976), a tomada de decisão é usualmente uma questão familiar, com adultos decidindo as formas de aquisição de habilidades. Checchi (1999), nessa direção, comenta que, embora trate, em seu modelo, da escolha individual na aquisição de instrução, essa escolha resulta de uma combinação entre projetos e aspirações familiares, recursos financeiros disponíveis e expectativas formadas em relação à potencialidade do filho. Na medida em que consideramos as decisões em idades mais avançadas, numa fase mais madura ou adulta, acreditamos que as influências familiares diminuem ou se alterem: as instituições sociais e o mercado de trabalho terão mais importância e a influência dos pais pode dar espaço à influência do cônjuge ou dos próprios filhos.

Percebemos que a escolha profissional envolve uma nítida dimensão temporal, que deve ser integrada e percebida pelo jovem. Soares (2002), neste sentido, salienta que “escolher o que se quer ser no futuro implica reconhecer o que fomos, as influências sofridas na infância, os fatos mais

marcantes em nossa vida até o momento e a definição de um estilo de vida, pois o trabalho escolhido vai possibilitar ou não realizar essas expectativas” (p. 24). Da mesma forma, a autora comenta que “o momento da escolha é um presente que irá definir um futuro a partir das referências passadas da pessoa, integradas nesse momento presente” (Soares, 2002: 26). Luz Filho (2000) sugere, nesses termos, que pode haver inconsistência entre o comportamento declarado da escolha e os fatores que efetivamente a determinam. Fatores evidentemente determinantes costumam ficar *mascarados*. Por isso, reiteramos a percepção do autor de que o que pode ser determinante é muito *relativo, contextual e situacional*. Essa inconsistência é tratada na psicologia pela *dissonância cognitiva* e aplicada na economia por Akerlof e Dickens, nos anos 80.

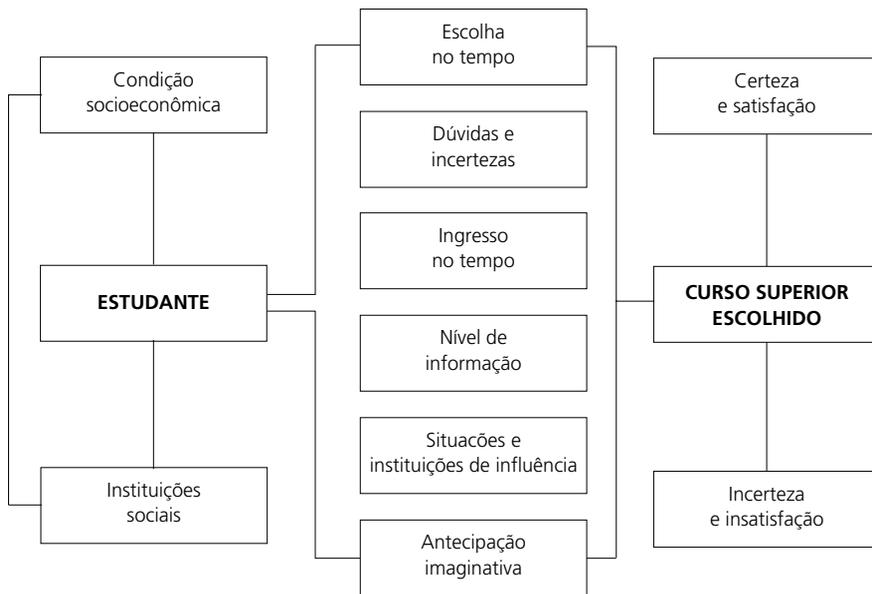
A abordagem psicológica da escolha profissional, como podemos ver, aponta os limites impostos ao indivíduo em termos da capacidade de processar a informação obtida, normalmente incompleta, e da influência do meio social no comportamento individual. Ao escolher o curso superior que o habilita a desenvolver uma profissão no futuro, o estudante, provavelmente, não está maximizando, mas sim buscando satisfação, ou simplesmente tentando atingir um mínimo aceitável.

3. O PROCESSO DE DECISÃO NO ENSINO SUPERIOR: O ARCABOUÇO TEÓRICO E SUA OPERACIONALIZAÇÃO

Para fazer frente ao objetivo geral do estudo mais amplo que pretende examinar os processos de decisão dos universitários do município de São Paulo, e tendo em vista as limitações evidenciadas tanto pela teoria do capital humano quanto pela abordagem de racionalidade neoclássica, adotamos as principais concepções da abordagem da economia psicológica ou da racionalidade comportamental.

Neste sentido, considerando nossa capacidade limitada de investigação, não utilizamos os modelos de racionalidade calculada e processual normalmente utilizados nos estudos recentes sobre a tomada de decisão, predominantemente experimentais. Dentre as diferentes concepções de racionalidade alternativas ao paradigma neoclássico, privilegiamos a abordagem de racionalidade sistêmica (March, 1993), por ser mais uma interpretação do

Figura1: Modelo conceitual utilizado para a análise do processo de tomada de decisão no ensino superior



Fonte: Primária.

comportamento e não uma previsão do mesmo. E, dentro da abordagem sistêmica, focalizamos a abordagem da racionalidade posterior, ou seja, ao invés de analisar uma determinada situação *a priori*, tratamos da interpretação da ação depois de ela ter ocorrido.

Procuramos apreender, nessa linha, os processos de tomada de decisão no ensino superior como uma forma de busca de informação e sua interação com a motivação e o comportamento econômico individuais, as instituições sociais e o comportamento social agregado, conforme o modelo sugerido por MacFadyen e MacFadyen (1986). Enquanto análise *ex post* da tomada de decisão, procuramos identificar as percepções e avaliações dos universitários que ingressaram recentemente no ensino superior, considerando as suas experiências passadas e suas atitudes em relação ao futuro, tendo como base o fluxo de informação disponível. O esquema conceitual básico sobre a tomada de decisão ou escolha do ensino superior que utilizamos enquanto pesquisa aplicada pode ser visualizado na figura 1.

Como podemos observar, assumimos que o estudante, bem como o processo de tomada de decisão, está condicionado tanto pelas instituições⁵ sociais quanto pela sua condição socioeconômica. Focalizamos o processo de tomada de decisão no ensino superior — ou seja, a conexão entre o estudante e o curso superior escolhido — por meio de seis fatores principais, quais sejam: a escolha do curso de graduação no tempo, as dúvidas e as incertezas, o ingresso no curso no tempo, o nível de informação utilizado, as situações e as instituições de influência e a antecipação imaginativa (como vê o futuro). O curso escolhido, que representa o resultado desse processo ou a variável dependente do modelo, pode ser enquadrado posteriormente pelo estudante como uma situação de certeza e satisfação ou como uma situação de incerteza e insatisfação.

Nesses termos, as principais hipóteses que norteiam nossa investigação são:

- os universitários enfrentam um grau elevado de incerteza no momento de decidirem qual o curso de graduação frequentar;
- os universitários não costumam estar voltados para o futuro;
- os universitários, no momento da decisão, são influenciados sobretudo pela família e pelos amigos.

Tais suposições apóiam-se, por um lado, na concepção dos limites da racionalidade comportamental, no sentido da existência de muita informação para ser computada ou avaliada de forma a visualizar o curso que mais lhe dará satisfação no futuro. Por outro lado, acreditamos que os universitários não costumam tomar as decisões isoladamente: eles são influenciados por diferentes *instituições* — como a família, a escola, os amigos, os profissionais da área — e por *situações* cotidianas — como o resultado da orientação ou teste vocacional, a adequação ao emprego, as atividades ou função que exerce na atualidade, as oportunidades no mercado de trabalho, a possibilidade de ascensão financeira, entre outras.

Nosso intento é estabelecer padrões de comportamento comuns entre diferentes indivíduos e diferentes instituições e situações, sugerindo padrões gerais de comportamento, em vez da simples soma do comportamento de todos os integrantes da pesquisa. Para tanto, nosso estudo concentra-se em quatro grandes grupos ou categorias de variáveis, que foram operacionalizados por meio de um questionário, aplicado aos alunos durante o horário de

aula. A primeira categoria de variáveis identifica o *curso de graduação escolhido* e se é pertencente a uma *instituição pública* ou a uma *instituição privada*. A segunda categoria (caracterização socioeconômica do universitário) compreende as variáveis gênero, idade, estado civil, situação na unidade familiar, renda, condição no mercado de trabalho, estudos de primeiro grau, estudos de segundo grau, modalidade do curso de segundo grau concluído, escolarização do pai e escolarização da mãe. A terceira categoria (condição acadêmica do estudante em relação ao curso que frequenta) abrange as variáveis primeira graduação, semestre que está cursando, auxílio institucional e preparação para o vestibular. A última categoria (caracterização do processo de escolha em si) envolve as variáveis escolha no tempo, dúvidas e incerteza, início da graduação no tempo, nível de otimização, processo de busca de informação, influência das diferentes instituições na escolha, influência das diferentes situações na escolha, imaginação e futuro, prática da formação e certeza. A ênfase neste artigo está nos resultados dessa última categoria.

3.1 Reconhecendo o universo populacional e a amostra utilizada

A região Sudeste, o estado de São Paulo e o município de São Paulo, nesta ordem, concentram o maior número de instituições e matrículas no ensino superior do país (Brasil, 2000a, 2002b). De acordo com os dados levantados pelo Cadastro de Instituições de Ensino Superior⁶ (Brasil, 2001), do total de 1.403 IES do Brasil, 120 estão localizadas no município de São Paulo. Destas, quatro são instituições públicas, sendo uma universidade federal, duas universidades estaduais e um estabelecimento isolado de ensino. Dentre as 116 instituições privadas, 12 são universidades, oito são centros universitários e 96 incluem faculdades integradas e estabelecimentos isolados de ensino.

Nesses termos, escolhemos como universo populacional os universitários calouros do município de São Paulo. As razões para essa escolha fundamentaram-se no fato de que esse município reúne o maior número de instituições e matrículas no ensino superior do país — aproximadamente 365 mil matrículas no ano de 2001 —, o que equivale a 12% dos universitários brasileiros (Brasil, 2002a, 2002b). Sua dimensão geográfica torna-o uma fonte promissora para a busca de informações: trata-se de uma pequena amostra de toda a diversidade de estruturas e de alunos do ensino superior

brasileiro. A cada ano são milhares de inscritos disputando vagas nos vestibulares paulistas e paulistanos. Só para a Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest), uma das modalidades mais disputadas de ingresso no ensino superior estadual, no vestibular de 2001, havia 144 mil candidatos (Fuvest, 2002). Cabe considerarmos que essa concorrência faz com que só os alunos mais bem preparados tenham chances de ingresso, normalmente os que freqüentaram o ensino privado anteriormente. Portanto, entrar no ensino superior público, para muitos indivíduos, deixa de ser uma escolha, restando só a alternativa do ensino pago. A esse respeito, cerca de 85% das matrículas no ensino superior no estado de São Paulo correspondem às instituições de ensino particulares.

Nossa unidade de análise são os universitários matriculados no primeiro ou no segundo semestre de diferentes cursos de graduação, pois pressupomos como hipótese principal que, em face da racionalidade limitada, os universitários utilizam os primeiros semestres de freqüência no ensino superior para buscar informação sobre o mesmo e justificar a escolha ou mudar seus planos. Identificamos *a priori* uma marcante heterogeneidade não só nas condições socioeconômicas, mas, sobretudo, no próprio processo de escolha dos diferentes cursos de graduação, o que caracteriza uma amostra complexa de universitários inter e intra-instituições e inter e intracursos.

Dessa forma, ao decidirmos o processo de amostragem para nossa *survey*, observamos que não podemos utilizar uma amostragem aleatória simples, pois os elementos da população são heterogêneos.⁷ Além disso, por questões de viabilidade econômica, não poderemos tratar com todas as universidades e todos os cursos integrantes no universo amostral. De outra parte, estamos cientes da limitação da metodologia adotada enquanto re-(conhecimento) da realidade. Tomando como base tais considerações, adotamos em nossa pesquisa de campo a amostragem não probabilística por quotas, ou seja, o critério de amostragem baseia-se no nosso julgamento quanto à conveniência de inclusão ou não dos elementos amostrais, a partir de características relevantes da população (Malhotra, 2001; Rea e Parker, 2000). Ainda que a adoção da amostragem não probabilística não nos permita generalizar os resultados obtidos, podemos obter características importantes do universo amostral.

De forma a apreendermos a heterogeneidade presente em termos de instituições de ensino e de universitários, elegemos a amostra com base nos seguintes critérios:

- (i) somente alunos matriculados em universidades,⁸ e não em centros universitários e outros estabelecimentos de ensino, pelo fato de elas reunirem o maior número de áreas do conhecimento e de cursos de graduação. Além disso, tal critério facilita o trâmite burocrático para a obtenção de permissão para realizarmos a pesquisa;
- (ii) somente universitários calouros, matriculados no primeiro ou no segundo semestre do curso de graduação, tendo em vista a proximidade da tomada de decisão;
- (iii) somente os universitários presentes, e não os matriculados, em razão das dificuldades inerentes aos procedimentos de aplicação dos instrumentos.

De forma complementar, utilizamos o critério da estrutura de cursos oferecidos para enquadrar as universidades participantes,⁹ o que resultou em seis grandes grupos. Decidimos por uma universidade de cada grupo, considerando a distribuição geográfica das mesmas. Entretanto, mesmo tentando substituir por outra(s) instituição(ões) do mesmo grupo, somente a universidade pública e quatro universidades privadas permitiram nosso acesso para a pesquisa. Em seguida, estipulamos uma cota de oito a dez cursos de graduação, a ser sorteada, em cada instituição pesquisada, sem reposição em relação aos cursos de graduação totais das universidades participantes. Isso porque procuramos incluir o maior número de cursos possível. Buscamos ainda, respeitando os critérios estatísticos, que a turma de cada curso amostrado tivesse um número mínimo de 30 alunos no momento da aplicação do questionário.

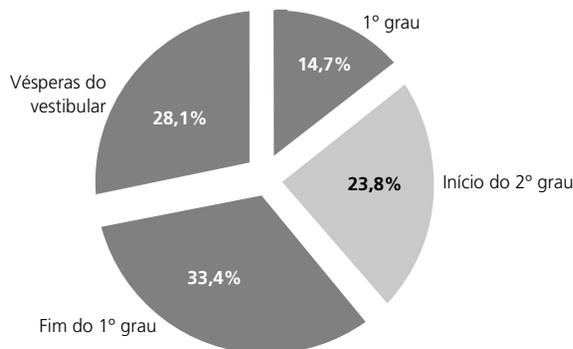
O instrumento adotado foi um questionário auto-explicado aplicado aos universitários presentes nas turmas de primeiro ano dos cursos sorteados nas universidades paulistanas que aceitaram participar da pesquisa, quais sejam: como IES pública, a Universidade de São Paulo (USP) e, como IES privadas, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a Universidade de Santo Amaro (Unisa), o Instituto Presbiteriano Mackenzie (Mackenzie) e a Universidade São Marcos (Unimarco). Em cada uma das IES contamos com um número entre sete e 16 cursos de graduação, sendo

que, no sorteio inicial, procuramos manter uma proporcionalidade dos cursos totais oferecidos.¹⁰ A pesquisa de campo foi executada no período do início de agosto ao início de dezembro de 2001, compreendendo a fase de teste para uma amostra piloto, no mês de agosto, e a fase de aplicação definitiva dos questionários, de meados do mês de outubro até a primeira semana de dezembro.¹¹ Como forma de análise dos dados, utilizamos basicamente técnicas de estatística descritiva, como análises de frequência e tabulação cruzada, além de medidas de associação ou de correlação entre as variáveis. Os dados relativos às variáveis utilizadas no estudo foram tabulados em planilhas do Excel e tratados por meio do *software* estatístico SSPS (Arrondo, 1997; SSPS, 1999).

Totalizam a pesquisa cinco universidades — uma pública e quatro particulares —, com 33 cursos de graduação (Anexo 1). Dentre as quatro categorias de variáveis analisadas, optamos no presente artigo por relatar somente aquelas relativas ao processo de escolha em si. Como ilustração apenas, com relação às características socioeconômicas dos universitários pesquisados, a amostra pesquisada reúne dados e informações relativos a 2.131 universitários, dos quais 55,2% são mulheres e 44,8% são homens. A faixa etária dos universitários pesquisados concentra-se na idade de 19 anos (26,4%), seguida pela de 18 anos (20,4%) e de 20 anos (18,1%), ou seja, 64,9% dos alunos pesquisados têm até 20 anos de idade. Dessa forma, a maioria das escolhas de que estamos tratando diz respeito aos estudantes pertencentes à segunda fase da adolescência, um período, como vimos, normalmente conturbado por uma série de dúvidas e indefinições. Tratando especificamente da variável renda, ou da distribuição da renda das unidades familiares dos universitários participantes da pesquisa, percebemos que uma importante parcela (41,2%) faz parte de famílias que contam com uma renda média bruta mensal superior a 20 salários mínimos.

4. O PROCESSO DE ESCOLHA DO CURSO SUPERIOR DOS UNIVERSITÁRIOS PESQUISADOS

Inicialmente, ao investigarmos se o curso pesquisado é o primeiro curso que o universitário está frequentando, observamos que esta é a realidade de 80,3% dos universitários participantes da pesquisa. De outra parte, 12,5% dos universitários da instituição pública já iniciaram outro curso de gradua-

Figura 2: Distribuição (%) das escolhas dos universitários pesquisados no tempo

Fonte: Primária, 2001.

ção e o abandonaram, 5,5% já concluíram outro curso de graduação e 2% estão cursando outro curso juntamente com o atual. Já para os universitários pesquisados das instituições privadas, 14,7% já iniciaram outro curso de graduação e o abandonaram, 3,3% já concluíram outro curso de graduação e 1,5% está cursando outro curso juntamente com o atual.

No que diz respeito ao momento da trajetória de vida em que o universitário decidiu ou escolheu o curso de graduação que gostaria de fazer (figura 2) — que não necessariamente coincide com aquele que está frequentando atualmente —, identificamos que a maior frequência ocorreu no último ano do ensino médio (33,4%), ainda que um número expressivo tenha se decidido às vésperas do vestibular (28,1%). Se observarmos a frequência acumulada, perceberemos que uma parcela significativa decidiu-se ainda no primeiro grau e no início do ensino médio (38,5%), o que demonstra uma certa tendência a considerar o tempo como forma de planejamento futuro.

Esses valores variam consideravelmente se observarmos os diferentes cursos de graduação em questão. Verificamos, neste sentido, um comportamento nitidamente diferente nos universitários dos cursos de Medicina e Odontologia, sobretudo os das instituições privadas: 55,9% e 44,4% deles, respectivamente, decidiram sobre o curso que gostariam de fazer ainda no primeiro grau. Já o caso oposto, daqueles que decidiram às vésperas do vestibular, pode ser identificado nos comportamentos dos universitários dos cursos de Letras (40,9% e 52,8% nas IES privadas e pública, nesta ordem), de Serviço Social (53,1%), de Administração de Empresas (41,1% e 36,4%

nas IES privadas e pública, respectivamente) e de Ciências Contábeis (45,6% na instituição pública). Alguns cursos que dispõem da modalidade de ensino técnico no ensino médio, como é o caso do curso de Enfermagem, mostraram uma freqüência significativa na opção de escolha no início do ensino médio (43,3%).

Embora a incerteza com relação à escolha do curso superior pareça ser uma característica comum, seja na literatura corrente, seja em nosso senso comum, percebemos, pela análise da tabela 1, que uma proporção significativa dos alunos pesquisados, no momento da escolha, estava decidida por um único curso (52,1%).

A incerteza em torno de dois ou mais cursos de áreas afins ficou configurada em 27,4% dos universitários e uma incerteza ainda maior, entre dois ou mais cursos de áreas completamente diferentes, em 20,4%. Temos de ponderar, porém, que, apesar dessa proporção menor de universitários em dúvida, 47,8% ainda é uma proporção nada desprezível. Controlando pelo tipo de instituição (privada/pública) e por gênero (masculino/feminino), os resultados seguem a mesma tendência e proporcionalidade.

As universidades públicas costumam ter uma demanda significativamente superior àquela das universidades privadas, o que dificulta o acesso a muitos estudantes. Dado esse nível de competição maior, supõe-se que os candidatos às vagas das universidades públicas dediquem um tempo maior de preparação ao vestibular, como é o caso dos cursos pré-vestibulares. Os universitários participantes de nossa pesquisa sinalizam essa condição: 52,5% dos universitários da instituição pública freqüentaram até um ano e 26,7%, mais do que um ano de curso pré-vestibular; nas instituições privadas, essa percentagem fica na ordem de 37,8% e 10,8%. A depender do curso em questão, sobretudo aqueles mais procurados, essas proporções são significativamente superiores.

Considerando o nível de otimização na escolha dos universitários, por meio do questionamento sobre se o curso que cada um idealizou e escolheu é o curso que está freqüentando no momento, identificamos (tabela 2) que 79,4% declararam estar cursando o curso que idealizaram e escolheram. Tal proporção indicaria que o grau de otimização dos universitários pesquisados é significativamente alto.

Essa visão fica ainda mais reforçada se acrescentarmos a proporção de universitários que declararam estar freqüentando um curso relacionado ao

Tabela 1: Incerteza enfrentada pelos universitários pesquisados em relação ao curso escolhido

Opções de escolha	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada (%)
Por um único curso	1.088	52,1	52,1
Entre dois ou mais cursos de áreas afins	573	27,4	79,5
Entre dois ou mais cursos de áreas diferentes	427	20,5	100,0
Total	2.088	100,0	–

Fonte: Primária, 2001.

Tabela 2: Otimização dos universitários pesquisados em relação ao curso que idealizaram e escolheram, frequências absoluta e relativa

	IES privadas		IES pública		Total	
	absoluta	relativa (%)	absoluta	relativa (%)	absoluta	relativa (%)
Escolha e otimização						
Cursando a primeira opção	954	79,0	712	80,0	1.666	79,4
Curso relacionado à primeira escolha	127	10,5	80	9,0	207	9,9
Curso não relacionado à primeira escolha	80	6,6	48	5,4	128	6,1
Já concluiu o curso da primeira escolha	11	0,9	24	2,7	35	1,7
Já iniciou o curso da primeira escolha e o abandonou	35	2,9	26	2,9	61	2,9
Total	1.208	100,0	890	100,0	2.098	100,0

Fonte: Primária, 2001.

ótimo pretendido — o que denominamos *second best* —, que corresponderia a cerca de 80% do total dos universitários pesquisados. Tal situação leva-nos a concluir que a maior parte dos universitários estaria satisfeita com a escolha, isso se considerarmos que o que eles declararam é realmente consistente com a formação de suas preferências no tempo.

No que diz respeito ao grau de informação dos universitários pesquisados, a maior parte deles declarou estar parcialmente informada (69%) ou com um vasto conhecimento (27,1%) sobre o curso que está frequentando; somente 3,9% deles declararam estar totalmente desinformados. Tais evidências corroboram um menor grau de incerteza, apontado anteriormente pelo nosso estudo. Os universitários pesquisados revelaram que buscam essa informação num grau mais alto, com profissionais da área (30%), no seu círculo social (24,3%), em jornais, guias e revistas direcionados aos vestibulandos (20,5%) e em revistas especializadas na área (24,3%). Um dado que nos chamou a atenção foi que 72% deles declararam buscar nenhum ou um grau baixo de informação nos meios de comunicação de massa e 64%, na internet.

Quanto à influência de outras instituições ou pessoas na escolha do curso que frequentam, verificamos que a maior parte dos universitários pes-

quisados declarou que outras pessoas tiveram nenhuma ou pouca influência em suas decisões. Dentre as que foram indicadas como tendo influência ou uma alta influência estão os profissionais da área ou do curso com quem eles têm ou tiveram contato (39,6%) e os amigos ou colegas (21,3%); eles declararam que os pais, irmãos e cônjuges ou outros parentes tiveram nenhuma ou pouca influência nas suas decisões (74,6%, 85% e 90,5%, nesta seqüência).

Já quanto às situações que influenciam as suas escolhas, a maior frequência para as opções importante e muito importante foi para a *realização pessoal, aptidão e vocação para o curso ou profissão*: 87,8% dos universitários pesquisados demonstraram tal evidência. Além desta, destacamos como importantes e muito importantes, na percepção dos universitários pesquisados, a qualidade e o prestígio da instituição em que estudam (77,5%), as oportunidades no mercado de trabalho (72,6%), a possibilidade de ascensão financeira (65,3%) e os anseios dos pais (43,6%).

Quando observamos o comportamento dos universitários pesquisados no que tange à sua imaginação e ao futuro, por meio das suas expectativas de atuação prática ou profissional, identificamos (tabela 3) que a maior parte deles está preocupada com o término do curso e o ingresso no mercado de trabalho (45,9%), numa perspectiva de curto prazo. Uma parcela não desprezível, 16,4%, coloca como prioridade o ingresso no curso.

Dentre os que apresentaram uma visão mais voltada para o longo prazo, ou que seriam mais *orientados para o futuro*, 14,3% imaginaram um cenário de até dez anos após o término do curso e 23,3% imaginaram todo o período de idade ativa no mercado de trabalho.

No momento em que questionamos o universitário de forma a ratificar a questão da certeza ou da incerteza na escolha do curso que frequenta (tabela 4), cruzando todas as possíveis respostas, observamos que uma proporção significativa (59,6%) está cursando sua primeira opção e acredita que fez a escolha correta. Considerando algumas proporções a partir de tais resultados, percebemos, então, que a maior parte (75,1%) dos 1.626 universitários que estão fazendo o curso que eles declararam ser a primeira escolha ou opção (79,4% do total dos entrevistados) acredita que fez a escolha certa; 392 (24,1%) desses universitários ainda não têm certeza. Entre os 9,7% que estão frequentando um outro curso relacionado à sua primeira escolha (*second best*), 53% acreditam que fizeram a escolha correta e uma propor-

Tabela 3: Expectativas dos universitários pesquisados quanto à sua futura atuação prática ou profissional

Expectativa quanto ao futuro	Freqüência absoluta	Freqüência relativa (%)	Freqüência acumulada (%)
Preocupado com o ingresso somente	324	16,4	16,5
Preocupado com o término do curso e o ingresso no mercado de trabalho	956	45,9	62,4
Imaginando um cenário de até 10 anos após a conclusão do curso	297	14,3	76,7
Imaginando todo o período de idade ativa	485	23,3	100,0
Total	2.081	100,0	–

Fonte: Primária, 2001.

Tabela 4: Relação entre a primeira escolha e a certeza na decisão dos universitários pesquisados, distribuição percentual (%)

Coincidência / certeza	Acredita que fez a escolha correta	Ainda não tem certeza se fez a escolha correta	Acredita que não fez a escolha correta	Total
Está cursando sua primeira escolha ou primeira opção	59,6	19,1	0,7	79,4
Está fazendo outro curso relacionado à sua primeira escolha	5,2	4,2	0,3	9,7
Está fazendo outro curso não relacionado à sua primeira escolha	2,9	2,9	0,4	6,2
Já concluiu o curso que havia idealizado e escolhido	1,4	0,3	0,0	1,7
Já iniciou o curso que havia idealizado e escolhido, mas o abandonou	2,3	0,7	0,0	3,0
Total (2.047 respondentes)	71,4	27,2	1,4	100,0

Fonte: Primária, 2001.

ção significativa deles (43,4%) ainda não têm certeza. Já entre os que estão fazendo um curso não relacionado com a escolha otimizada, 2,9% responderam que acreditam que fizeram a escolha correta e a mesma proporção de universitários disseram que ainda não têm certeza. Como podemos observar, na medida em que o universitário escolhe um curso que se afasta daquele de sua preferência, ele tende a apresentar um maior grau de incerteza, talvez até de insatisfação na sua escolha.

Observamos ainda que, entre os que já concluíram o curso que haviam idealizado e escolhido, 82,3% acreditam que escolheram de forma correta o atual curso superior. Na mesma tendência daqueles que já haviam idealizado e escolhido um outro curso e o abandonaram, 77,0% acreditam que fizeram a escolha correta.

No estudo de Pastore e Peroza (1971), observamos que a opinião dos estudantes sobre a futura profissão concentrou-se na alternativa de que a atual profissão era a desejada e que no momento da pesquisa continuavam pensando da mesma forma (63,7% dos alunos pesquisados), seguida da alternativa de que não era a profissão desejada, mas eles julgavam que, no momento, estavam fazendo o curso certo (16,3%). Cerca de 12,7% dos alunos declararam que estavam cursando a profissão desejada, mas que, no momento, acreditavam que deveriam seguir outra, e 6,5% acreditavam que não era a profissão desejada e que continuavam com a mesma percepção.

Buscando identificar padrões de comportamento na escolha, efetuamos um cruzamento entre as variáveis *período de escolha no tempo* e *incerteza*. Podemos evidenciar, dessa forma, que, quanto mais cedo o estudante escolhe, menor será o seu grau de incerteza. Dentre os universitários que decidiram sobre o curso de graduação a seguir ainda no primeiro grau, 74,4% estavam direcionados a um único curso. Já para os que se decidiram às vésperas do vestibular, a inclinação por um único curso reduziu-se consideravelmente (43,6%).

Tendo em vista o emaranhado de limitações impostas no processo de escolha do curso superior, sobretudo no que tange à falta de informação, ao período de indefinições que envolve a escolha e às diferentes influências na construção das aspirações individuais, como explicamos esse aparente estado de otimalidade? O fato de terem tido um contato maior com o curso escolhido, pressupondo um aumento do grau de informação, poderia abrir espaço para o arrependimento e a tentativa de novas escolhas. Mas este não parece ser o caso das evidências.

Os resultados apurados fazem com que rejeitemos a hipótese de que os universitários apresentariam um elevado grau de incerteza nos processos de escolha. De outra parte, podemos aceitar a segunda hipótese, de que os estudantes estariam voltados para o presente. Nossa terceira hipótese, por sua vez, seria parcialmente aceita, visto que a família não foi indicada como de importante influência na escolha, mas sim os amigos ou colegas de trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evidência empírica, dentro dos limites que se propõe e ainda que não possa ser generalizada, apresenta um quadro bastante diverso daquele imaginado pelos conceitos e idéias oferecidos pela abordagem da racionalidade li-

mitada. Poderíamos concluir que os processos de escolha dos universitários pesquisados envolvem um baixo grau de incerteza, mesmo que a informação disponível seja incompleta. De outra parte, tais processos apontam um elevado grau de otimização na escolha, ainda que o horizonte de planejamento ou a imaginação futura envolva uma orientação de curto prazo, voltada mais para o presente.

Convém ressaltar que estamos considerando as declarações dos estudantes bem-sucedidos, ou seja, aqueles que escolheram e conseguiram ingressar na universidade. Acreditamos que, se a pesquisa tomasse como base estudantes concluintes do ensino médio e vestibulandos, os dados seriam significativamente diversos. Mesmo assim, essa aparente idealização ou otimização não condiz com a dificuldade inerente à própria fase de vida em que os universitários escolheram, considerando o contexto de diversificação no rol de cursos de graduação oferecidos nas IES ou as restrições impostas pelo mundo do trabalho.

Não queremos com isso sugerir que os universitários tenham revelado um comportamento inconsistente ou irracional, afinal, nosso objetivo não consiste em examinar os resultados, mas em tentar identificar os processos que lhes dão origem. Acreditamos, sim, que, pelas próprias limitações cognitivas no momento da escolha e pelo modo como ela foi elaborada posteriormente, a noção de racionalidade *depois do fato* parece estar ligada ao conceito de dissonância cognitiva discutido pela economia psicológica. Supomos que, para minimizar o possível desconforto atual com o curso de graduação escolhido recentemente, o universitário procura unificar seu pensamento e sua ação, de forma a reduzir os conflitos psicológicos envolvidos. Esta hipótese pode comportar uma das verdades possíveis. Se pudessemos efetuar um experimento com os estudantes no momento real da escolha, poderíamos acompanhar com mais detalhes os diferentes processos de escolha. Outra alternativa metodológica para tanto seria a adoção de instrumentos de pesquisa qualitativos, como entrevistas diretas, porém numa proporção de elementos pesquisados muito menor.

Reforçamos, nesses termos, que nossa pesquisa é limitada, mas imaginamos que, dentro de seus limites, traz à tona aspectos importantes da realidade e instiga novos questionamentos e pesquisas futuras.

ANEXO 1**Distribuição do número total dos alunos pesquisados pelas grandes áreas do conhecimento, seus respectivos cursos de graduação e em IES privada e pública**

Grandes áreas / cursos	IES privada	IES pública	Total
Ciências Exatas e da Terra	86	107	193
Sistemas de Informação	72	0	72
Ciência da Computação	14	32	46
Matemática e Estatística	0	27	27
Geologia	0	48	48
Engenharias	31	144	175
Engenharias	0	144	144
Engenharia Ambiental	31	0	31
Ciências da Saúde	221	211	432
Medicina	68	151	219
Fisioterapia	43	0	43
Farmácia (Farmácia e Bioquímica)	9	31	40
Odontologia	27	0	27
Enfermagem	33	0	33
Fonoaudiologia	41	0	41
Educação Física	0	29	29
Ciências Agrárias	6	65	71
Zootecnia	6	0	6
Medicina Veterinária	0	65	65
Ciências Sociais Aplicadas	673	165	838
Administração de Empresas	169	22	191
Ciências Econômicas	0	57	57
Ciências Contábeis	27	68	95
Direito	121	0	121
Arquitetura e Urbanismo	46	18	64
Comunicação Social	34	0	34
Hotelaria	9	0	9
Turismo	32	0	32
Ciências Atuariais	54	0	54
Serviço Social	33	0	33
Relações Internacionais	45	0	45
Jornalismo	55	0	55
Publicidade e Propaganda	0	16	16
Desenho Industrial	32	0	32
Ciências Humanas	167	94	261
Pedagogia	103	0	103
Psicologia	64	65	129
Ciências Sociais	0	29	29
Linguística, Letras e Artes	68	93	161
Letras	68	93	161
Total de alunos pesquisados	1.236	895	2.131

Fonte: Primária, 2001.

NOTAS

1. Pesquisa integrante de uma série de estudos patrocinados pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo sobre o ensino superior no estado, que deu seqüência a uma primeira análise sobre as condições de funcionamento de todas as escolas de nível superior do estado de São Paulo no período entre 1940 e 1968.
2. Convém ressaltar que, embora estejamos utilizando um mesmo plano conceitual, a identidade profissional não é sinônimo de identidade vocacional. Segundo Bohoslavsky, “a identidade vocacional expressa as variáveis de tipo afetivo-motivacional, enquanto a identidade profissional mostra a produção da ação de determinado contexto social sobre a identidade vocacional” (1975 *apud* Soares, 2002: 31). Dessa forma, como esclarece Soares (2002), a identidade vocacional seria determinada pelos conflitos inconscientes e sua possível elaboração pelo sujeito, ao passo que a identidade profissional seria determinada pelos condicionantes socioeconômicos e políticos de uma economia ou país.
3. Conforme ressalta Soares (2002), a Organização Mundial da Saúde define a adolescência como o período compreendido entre os 10 e os 20 anos de idade, o qual pode ser subdividido numa primeira fase, que vai dos 10 aos 16 anos, e numa segunda fase, que vai dos 16 até os 20 anos de idade.
4. Em nível de Brasil, os cursos de Direito, de Administração e de Medicina comportam o maior número de inscritos no vestibular em todas as instituições do ensino superior, ainda que em proporção decrescente nos últimos anos em razão do direcionamento para novos cursos. Como exemplo, no ano de 1999, dos 3.344.273 inscritos nos vestibulares das IES brasileiras (Brasil, 2000b), 556.404 candidataram-se ao curso de Direito (16,6%), 323.291 ao curso de Administração (9,7%) e 285.848 ao de Medicina (8,5%). Em 2001 observamos um acréscimo de 27% no número de inscritos nos vestibulares em todo o país (Brasil, 2002a). Dentre os 4.260.261 inscritos, 595.911 optaram pelo curso de Direito (14%), 421.523 pelo curso de Administração (9,9%) e 282.065 pelo de Medicina (6,6%). No estado de São Paulo, analisando os últimos três concursos vestibulares da Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest, 2002), observamos que, em função do maior número de vagas disponíveis, os cursos de Medicina, de Direito e de Administração apresentam uma demanda elevada, superior a vinte candidatos por vaga, e as maiores notas de corte. De outra parte, os cursos mais concorridos nos últimos concursos da Fuvest foram Fisioterapia, Publicidade e Propaganda, Turismo e Jornalismo, alternadamente, chegando a ultrapassar a relação de 90 candidatos por vaga (caso do curso de Fisioterapia em 2000). Nas universidades privadas, a concorrência costuma ser significativamente inferior por causa da própria pulverização na oferta das instituições de ensino superior.
5. Adotamos a noção de instituição como qualquer associação ou organização, formal ou informal, que caracteriza as relações sociais.
6. Os dados referem-se às instituições de ensino superior cadastradas até 12 de junho de 2001.
7. Destacamos, na literatura relativa à amostragem, os trabalhos de Cochran (1977) e Trochim (2001) e como justificativa de nossa decisão, Besson (1995) e Comte (1995).

8. As instituições de ensino superior brasileiras, no que se refere à organização acadêmica, estão classificadas em: *universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores* ou *escolas superiores*. Conforme Sampaio (2000: 143), “as universidades em geral (incluindo as especializadas) definem-se pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão (artigo 207, Constituição Federal); por contar com um terço dos professores em regime de trabalho de tempo integral, equivalente a quarenta horas semanais de trabalho em uma mesma instituição, devendo vinte horas ser dedicadas a estudos, atividades de extensão e de avaliação; e por contar com um terço dos professores com título de mestre ou de doutor. Os centros universitários, por sua vez, caracterizam-se por serem instituições pluricurriculares, que abrangem uma ou mais áreas do conhecimento, e pela excelência do ensino que oferecem em corpo docente qualificado e em condições adequadas de trabalho”.
9. Utilizamos como referência o *Guia do Estudante* (2001) e os *sites* das universidades na internet.
10. No caso de uma instituição em particular, dois outros cursos de graduação que haviam se proposto a participar desistiram no último momento e não houve tempo hábil para que eles fossem substituídos.
11. Ainda que tenhamos controlado a exigência do número mínimo de alunos presentes (30 alunos), dados os índices de abstenção nas respostas, tivemos grupos com números reduzidos. No caso de haver mais de uma turma para uma determinada disciplina num mesmo turno, procuramos aplicar em todas as turmas e havendo período noturno e período diurno, elegemos um deles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRONDO, V. M. (1997) *Inferencia estadística*. Aplicaciones com SSPC/PC+. México: Compu-tec/Ra-ma.
- BECKER, G. S. (1976) *The Economic Approach to Human Behavior*. Londres: The University Chicago Press.
- (1983) *El Capital Humano*. Madrid: Aliança Universidad Textos.
- BERGER, Mark C. (1988) Predicted Future Earnings and Choice of College Major. *Industrial and Labor Relations Review*, v. 41, n. 3, Apr., p. 418-429.
- BESSON, J.-L. (1995) “A tentação do modo de usar”. In: J-L Besson (org.), *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p. 201-220.
- BIANCHETTI, L. (1996) *Angústia no vestibular: indicações para pais e professores*. Passo Fundo: Ediupf.
- BRASIL. Ministério da Educação. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2000a) *Evolução do ensino superior: graduação 1980-1998*. Brasília. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>. Acesso em 10/10/2002.
- Ministério da Educação. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2000b) *Sinopse estatística da educação superior: graduação 1999*. Brasília. Disponível

- em: http://www.inep.gov.br/download/censo/1999/superiormiolo2_Sinopse_Superior99.pdf. Acesso em 10/10/2002.
- Ministério da Educação. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2002a) *Sinopse estatística da educação superior: graduação 2001*. Brasília. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>. Acesso em 11/11/2002.
- Ministério da Educação. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2002b) *Ensino superior: graduação: Região Sudeste*. Brasília. Disponível em: http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news02_03_tabela.htm. Acesso em 11/11/2002.
- MEC – Ministério da Educação. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2001), SEEC – Diretoria de Informações Estatísticas Educacionais. *Cadastro Nacional das Instituições de Ensino Superior*. Brasília. Arquivo enviado em mensagem eletrônica por Maruska Almeida (maruska@inep.gov.br) em 13/9/01, às 9:55h, para moretto@usp.br
- CHECCHI, D. (1999) *Istruzione e mercato: per una analisi economica della formazione scolastica*. Bolonha: Il Mulino.
- COCHRAN, W. G. (1977) *Sampling Techniques*. 3rd. Nova York: John Wiley & Sons.
- COMTE, M. (1995) “A fluidez e a rigidez”. In: J.-L. Besson (org.), *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p. 185-198.
- ELSTER, J. (1986) Introduction. In: J. Elster (ed.), *Rational Choice*. Nova York: New York University Press, p. 1-33.
- FUVEST – FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA PARA O VESTIBULAR (2002) Estatísticas. *Vestibular Fuvest 2001*. São Paulo. Disponível em: <http://script.fuvest.br/scr/inscar.asp?anofuv=2001&xreg=TT>. Acesso em 2/8/2002.
- GENDRON, B. (2000) “A Demand of Education as a Strategic Demand in a Context of Job Rationing and Job Scarcity: the analysis of further education after post-secondary vocational education in France”. In: *European Conference on Educational Research 2000*, 20-23 September 2000, Edinburgh, Scotland. Disponível em: <http://www2.trainingvillage.gr/download/epo/GenBe01.rtf>. Acesso em 2/8/2002.
- GUIA DO ESTUDANTE (2001) *Vestibular 2002*. São Paulo: Abril.
- HAMOUDA, O. F. (1990) “Time, choice and dynamics in economics”. In: S. F. Frowens (ed.), *Unknowledge and Choice in Economics: proceedings of a conference in honour of G.L.S. Shackle*. Nova York: St. Martin’s Press, p. 129-155.
- HODGSON, G. (1993) “Calculation, habits and action”. In: B. Gerrard (ed.), *The Economics of Rationality*. Londres, Nova York: Routledge, p. 36-51.
- HOGARTH, R. M., REDER, M. W. (1987) “Introduction: perspectives from Economics and Psychology”. In: ——— (eds.), *Rational Choice: the contrast between Economics and Psychology*. Chicago, Londres: University of Chicago Press, p. 1-23.
- KATONA, G. (1976) *Psychological Economics*. Nova York/Oxford/Amsterdam: Elsevier.

- LEAL, C. I. S., WERLANG, S. R. C. (1991) "Retornos em educação no Brasil: 1976-1989". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 423-448.
- LEHMAN, Y. P. L. (1999) *Não sei que profissão escolher*. São Paulo: Moderna (Coleção Qual É o Grilo).
- LEWIS, A., WEBLEY, A., FURNHAM, A. (1995) *The New Economic Mind: the social psychology of economic behaviour*. Londres: Harvester Wheatsheaf.
- LUZ FILHO, S. S. da (2000) "O que pode ser determinante na escolha do curso de graduação: um estudo exploratório em instituições federais de ensino superior". São Paulo: Faculdade de Educação / Universidade de São Paulo. Tese de doutorado.
- MACFADYEN, A. J. (1986) "Rational economic man: an introduction survey". In: A. J. Macfadyen e H. W. Macfadyen (eds.), *Economic Psychology: intersections in theory and application*. North-Holland: Elsevier Science Publishers B. V., p. 25-65.
- , MACFADYEN, H. W. (1986) "Other concepts in economic psychology". In: A. J. Macfadyen e H. W. Macfadyen (eds.), *Economic Psychology: intersections in theory and application*. North-Holland: Elsevier Science Publishers B. V., p. 441-495.
- MAITAL, S. L., MAITAL, S. (1993) "Economics and psychology: an overview". In: S. Maital e L. Sharone (eds.), *Economics and Psychology*. England / USA: Edward Elgar, p. 3-35.
- MALHOTRA, N. K. (2001) "Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada". 3. ed. Porto Alegre: Bookman.
- MARCH, J. G. (1993) "Bounded rationality, ambiguity, and the engineering of choice". In: S. Maital e S. L. Maital (eds.), *Economics and Psychology*. England / USA: Edward Elgar, p. 249-270.
- MONTMARQUETTE, C., CANNINGS, K., MAHSEREDJIAN, S. (2002) "How do young people choose college majors?" *Economics of Education Review*, v. 21, n. 6, Dec., p. 543-556.
- ONO, H. (2000) *Who Goes to College? Features of Institutional Tracking in Japanese Higher Education*. The European Institute of Japanese Studies, Stockholm: June. (Working Paper n. 95). Disponível em: <http://www.hhs.se/eijs/wp/95>. PDF. Acesso em 25/5/2002.
- PASTORE, J., PEROSA, G. G. (1971) *O estudante universitário em São Paulo*. São Paulo: IPE/USP.
- REA, L. M., PARKER, R. A. (2000) *Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução*. São Paulo: Pioneira.
- ROCHAT, D., DEMEULEMEESTER, J.-L. (2001) "Rational choice under unequal constraints: the example of Belgian higher education". *Economics of Education Review*, n. 20, p. 15-26. Disponível em: <http://www.elsevier.com/locate/econedurev>. Acesso em 05/05/2002.
- SAMPAIO, H. M., SANT'ANA (2000) *O ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 392 p. (Estudos Brasileiros, 34).
- SCHULTZ, T. W. (1973) *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SIMON, H. A. (1983) *Reason in Human Affairs*. Stanford, CA: Stanford University Press.

- SOARES, D. H. P. (2002) *A escolha profissional: do jovem ao adulto*. São Paulo: Summus.
- SSPS – STATISTICAL PACKAGE FOR SOCIAL SCIENCES (1999) Versão 10.0. SSPS Inc. 1 CD-ROM.
- TVERSKY, A., KAHNEMAN, D. (1986) “The framing of decisions and the psychology of choice”. In: J. Elster (ed.), *Rational Choice*. Nova York: New York University Press, p. 123-141.
- VAN RAAIJ, W. F. (1986) “Economic phenomena from a psychological perspective: economic psychology”. In: A. J. Macfayden e H. W. Macfayden (eds.), *Economic Psychology: intersections in theory and application*. North-Holland: Elsevier Science Publishers B. V., p. 9-23.
- (1999) “História da psicologia econômica”. Tradução de Vera Rita de Mello Ferreira. In: P. Earl e S. Kemp (eds.), *The Elgar Companion to Consumer Research and Economic Psychology*. Edward Elgar. Disponível em: <http://www.verarita.psc.br/html/fredvanraaij.html>. Acesso em 5/5/2002.
- ZSOLNAI, L. (1998) “Rational choice and the diversity of choices”. *Journal of Socio-Economics*, v. 25, n. 5, p. 613-622.